

Impactos das características socioeconômicas e demográficas sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho entre migrantes e não migrantes no Ceará

Luís Abel da Silva Filho¹

José Márcio dos Santos²

Rogério Moreira de Siqueira³

Resumo: As desigualdades nas estruturas produtivas e regionais corrobora disparidades salariais em todo o país. Adicionada a isso, as características socioeconômicas e demográficas da força de trabalho têm forte influência nos diferenciais de rendimentos oriundos do trabalho. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os diferenciais salariais entre migrantes e não migrantes intermunicipais no Ceará. Os dados utilizados foram obtidos a partir dos Censos Demográficos do Brasil, dos anos de 2000 e de 2010. Inicialmente, discute-se as evidências empíricas a partir da literatura vigente; e, em seguida, recorre-se à Regressões Quantílicas com o fito de analisar os impactos das características socioeconômicas e demográficas do capital humano nos diferenciais de rendimentos do trabalho ao longo da distribuição condicional dos salários. Os resultados mostram que há diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes e que as características dos indivíduos ocupados no mercado de trabalho do Ceará corroboram de forma diferenciada entre os grupos em apreço.

Palavras-chave: Ceará. Diferenciais de rendimentos. Migrantes e não migrantes. Regressões quantílicas.

Abstract: Inequalities in productive and regional structures corroborate wage differentials across the country. Added to this, the socioeconomic and demographic characteristics of the labor force have a strong influence on the differentials of income from work. In this sense, this article aims to analyze

¹Universidade Regional do Cariri - URCA Autor(a) correspondente, Email: abeleconomia@hotmail.com.

²Universidade Regional do Cariri - URCA.

³Universidade Regional do Cariri - URCA.

the wage differentials between migrants and non-migrants in Ceará. The data used were obtained from the Demographic Census of Brazil, from the years 2000 and 2010. Initially, we discuss the empirical evidence from the current literature; and then Quantilic Regressions are used to analyze the impacts of the socioeconomic and demographic characteristics of human capital, the differentials of labor income, and the conditional distribution of wages. The results show that there are income differentials between migrants and non-migrants and that the characteristics of the individuals employed in the labor market of Ceará corroborate differently between the groups in question.

Keywords: Ceará. Income differentials. Migrants and non-migrants. Quantilic regressions.

JEL codes:

I Considerações iniciais

A teoria clássica da migração estabelece que a busca por melhores salários é o princípio básico que norteia a busca por novos destinos por parte dos migrantes no processo de oferta de mão de obra em uma economia. Desta forma, a perfeita mobilidade do fator de produção trabalho, decorrente do comportamento racional dos trabalhadores, é predita como elemento presente na dinâmica econômica e demográfica, explicando o fluxo de mão de obra ao longo de um determinado território. Ainda no contexto da teoria do capital humano, a migração também pode ser vista como forma dos indivíduos obterem o melhor retorno por suas habilidades incorporadas na sua capacidade cognitiva (SCHULTZ, 1967).

Assim, num país de amplas dimensões territoriais e com uma base econômica espacialmente heterogênea como o Brasil, a questão migratória assume aspecto relevante para a compressão das alterações estruturais relacionadas ao mercado de trabalho, como as variações salariais existentes no âmbito individual e regional (FREGUGLIA, 2007). Desde o princípio de sua formação econômica, o Brasil apresenta dinamismo de uma atividade principal, que se torna êxito dinâmico principal, e sob a qual se apoiam as demais atividades e regiões existentes no país. Com o advento da industrialização induzida no primeiro Governo Vargas, através do Processo de Substituição de Importações (PSI), a indústria passou a ser o setor proeminente da economia nacional, porém, fortemente concentrada na região Sudeste (SILVEIRA NETO, 2005).

A partir deste contexto, a região Sudeste passou a exercer influência sobre as demais regiões do país no que diz respeito a concentração

de fatores de produção, desenvolvendo uma relação de soberania em relação às demais. Tais fatores viriam a gerar um processo de desigualdade regional no território brasileiro. Segundo [Oliveira e Silveira Neto \(2015\)](#), a região Sudeste apresenta um nível de renda diferenciado em relação as demais regiões, onde permeia graus distintos de desigualdade de acordo com o segmento e o nível de rendimento obtido. Além disto, o Nordeste apresenta, dentre todas as regiões, a maior desigualdade em todos os níveis de renda analisados frente ao Sudeste.

A superioridade econômica da região Sudeste passou a exercer um forte poder de atração populacional sobre os demais estados e regiões do país. Atraídos pelas maiores possibilidades e melhores empregos, diversos trabalhadores deixaram suas áreas de naturalidade para se dirigir ao estado de São Paulo na busca por uma ocupação que lhes permitissem melhores rendimentos. Neste sentido, as décadas iniciais ao processo de substituição de importações foram precedidas por intensos fluxos migratórios em direção ao Sudeste, particularmente ao estado de São Paulo ([SANTOS; QUEIROZ, 2016](#)).

Segundo [Costa \(1998\)](#), a partir dos anos 1950 vários estados nordestinos sofreram intensos êxodos populacionais devido o esgotamento agrícola e a sazonalidade pluviométrica. O autor ressalta que entre 1950 a 1980, o Ceará apresentou déficits migratórios seguidos ao longo destas décadas, ao passo que São Paulo obtinha constantes superávits migratórios. Por sua vez, [Queiroz e Santos \(2011\)](#) ratificam esta afirmativa ao constatar que tais padrões ainda se mantiverem nas décadas de 1980 e 1990, apesar que nesta última em menor intensidade do que nos períodos anteriores.

Assim, o intenso fluxo migratório direcionado ao estado de São Paulo é evidência de um acentuado desequilíbrio econômico, de oportunidades e de rendimentos a nível regional. [Azzoni \(1997\)](#) aponta que o interesse pelos estudos de desigualdades regionais evoca a tentativa de buscar esclarecimentos à persistência dos desequilíbrios econômicos e de renda interestados. Por sua vez, [Oliveira e Silveira Neto \(2015\)](#) evidenciam a presença destas desigualdades em termos estruturais e de renda. Porém, ressaltam estes autores que estas desigualdades podem estar associadas as alterações e movimentos de renda do trabalho, como salários e programas sociais. Ao possuir melhores empregos e maiores concentrações de capital, a região Sudeste pagaria salários maiores acentuando as desigualdades. Tais autores sugerem que o tratamento do fator trabalho, como melhorias educacionais, pode equacionar as desigualdades em períodos futuros.

A partir desta constatação regional, surge a busca por elementos

que evidenciem esta desigualdade também do ponto de vista microeconômico, ou seja, focando nas remunerações dos agentes entre si. Dado a sua especificidade microeconômica, a busca por elementos explicativos mais detalhados vem fomentar o aprimoramento de instrumentos metodológicos mais robustos que permitam identificar os fatores determinantes das desigualdades. Neste sentido, tem-se observado na literatura recente o emprego do método de regressões quantílicas como forma à obter tais evidências explicativas com um maior rigor econométrico, conforme apresentado por [Maciel e Oliveira \(2017\)](#), [Maciel e Oliveira \(2018\)](#), [Duarte, Cirino e Sette \(2018\)](#) e [Daldegan \(2018\)](#).

[Soares \(2008\)](#) ao abordar os diferenciais salariais no Nordeste através de regressões quantílicas aponta que os elementos sexo, setor de atividade e especialmente educação, seriam os fatores explicativos para o diferencial salarial dentro da região Nordeste. [Silva e França \(2016\)](#) através do uso de regressões quantílicas destacam que as variáveis relacionadas ao capital humano são fortemente explicativas da desigualdade de renda, mas elementos institucionais presentes de forma distinta entre as regiões, como o grau de formalização do emprego e a estrutura salarial regional também são fatores que não devem ser ignorados na interpretação destes diferenciais.

Contudo, apesar do registro de grande parte da literatura à situação desfavorável dos rendimentos nos estados nordestinos, especialmente quando comparados à região Sudeste, há indícios estruturais que apontam para uma reversão desta condição em momentos atuais ou futuros. Historicamente considerada predominantemente como região de base produtiva primária, a região Nordeste passou a reverter esta condição ao induzir um processo de industrialização que mudaria seu aspecto estrutural interno. [Gomes e Vergolino \(1995\)](#) apontam que os estados desta região passaram a apresentar um padrão de crescimento macroeconômico superior ao restante do país devido ao emprego de políticas de incentivo próprias, obtendo como resultados uma elevação do produto industrial e a expansão do setor de serviços e comércio. Tais resultados se manifestariam nas taxas de crescimento superiores aos outros estados e regiões, e até mesmo nacional.

Precursor destas estratégias de indução, o estado do Ceará inicia ainda na década de 1960 um ciclo de ações e políticas próprias que culminariam com um novo perfil produtivo, já na década de 1980, orientando pela indústria e atividades urbanas. Assim, as mudanças surgidas na economia do estado do Ceará advindas de suas políticas de estímulo produtivo vieram trazer um novo contexto para a economia local, e junto uma estrutura demográfica agora fortemente urbana,

induzindo um novo padrão de migratório (QUEIROZ; SANTOS, 2009).

Segundo Queiroz e Santos (2009, 2011), o estado do Ceará apresentou expressiva redução dos seus saldos migratórios negativos ao longo das últimas décadas. A industrialização e urbanização crescente das últimas décadas fizeram aumentar a atratividade e permanência no estado, resultado associado a um menor número de saídas, bem como atrair mais e novos migrantes de outras regiões – espacialmente retornados do estado de São Paulo. Estes autores evidenciam uma possível reversão dos padrões migratórios de ambos os estados, em função das alterações nas condições produtivas e da reestruturação produtiva apresentada recentemente.

Diante do contexto apresentado, questiona-se: tais eventos podem ter exercido influência sobre a determinação dos salários de pessoas em função de sua situação migratória, ou seja, se ele é natural do estado ou é migrante. Assim, o objetivo deste artigo é identificar o impacto das características socioeconômicas e demográficas sobre a presença de diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes no estado do Ceará entre os anos de 2000 e 2010. Para atingir este objetivo, o trabalho empregou como procedimentos metodológicos a estimação de Regressões Quantílicas para o grupo de migrantes e não migrantes.

Além destas considerações iniciais, a estrutura deste trabalho está organizada em outras seis seções. Na segunda seção serão apresentados alguns fatos estilizados da literatura empírica sobre diferenciais de rendimentos do trabalho; na terceira seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos, onde será feita uma breve descrição acerca da base de dados, do recorte temporal e geográfico e do método de Regressões Quantílicas empregado. Na quarta seção, será feita a análise descritiva, bem como a interpretação contemporânea da literatura empírica acerca do método empregado. Na quinta seção, será feita a análise dos resultados obtidos e as discussões referentes a estes valores. Por fim, a última seção englobará as considerações finais acerca do estudo realizado, as limitações e as perspectivas de novas abordagens.

II Perspectivas dos diferenciais de rendimentos do trabalho: uma revisão da literatura

Existem diversos trabalhos que buscam identificar os diferenciais de rendimentos entre grupos de trabalhadores, tais como para setor formal e informal (MACHADO; OLIVEIRA; ANTIGO, 2008; DUARTE;

CIRINO; SETTE, 2018; ALMEIDA; ALMEIDA; BESARRIA, 2014), idosos que decidem continuar trabalhando ou não (CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2001), migrantes e não migrantes, com ou sem curso superior (REIS; MACHADO, 2016).

Machado, Oliveira e Antigo (2008) analisaram os diferenciais de rendimentos entre o setor formal e informal do Brasil urbano, com dados da PNAD para os anos 1992, 1998 e 2004. As autoras utilizaram regressões quantílicas, método de Oaxaca-Blinder para isolar os efeitos de atributos e de mudanças nos mesmos sobre os diferenciais de renda dos dois setores e concluíram que as pessoas ocupadas na base da distribuição e que são classificadas como “Conta Própria” são as que recebem retornos mais altos por suas características não observáveis, e esta característica é crescente no tempo.

Duarte, Cirino e Sette (2018) procuraram identificar os diferenciais de rendimentos na Região Metropolitana de Belém para os setores formal e informal utilizando dados da PNAD para o ano de 2013. No entanto, utilizaram em sua amostra apenas homens para evitar viés de seletividade amostral devido aos diferenciais de renda por sexo. Para tanto, utilizaram a equação minceriana estimada pelo método de regressão quantílica proposta originalmente por Koenker e Basset (1978). Os seus resultados apontaram para a importância da variável educação como determinante do rendimento do trabalho.

Reis e Machado (2016) estimam o efeito do tipo de diploma de educação superior e suas inter-relações com as características da ocupação exercida no mercado de trabalho utilizando dados do Censo de 2010. Os autores observam que apesar dos rendimentos dos indivíduos com formação superior ser cerca de 3 vezes maior que o dos demais indivíduos há enorme heterogeneidade dentro desse grupo, dado que o rendimento pode variar muito dependendo do curso superior escolhido. Para analisar as diferenças de rendimento do trabalho por área de formação os autores estimaram uma versão ampliada da equação minceriana, por MQO, por correção de Heckman e regressão quantílica para o total de trabalhadores ocupados. Os autores identificaram grandes disparidades de rendimento por áreas, mesmo controlando para características individuais; e, ademais, essas disparidades aumentam conforme se aumenta o percentil de rendimento analisado. Também encontraram evidências para desajustes de rendimentos entre ocupação e área de formação. Em média os indivíduos ocupados nas suas áreas de formação recebem 11% a mais de rendimento do que outras ocupações que também exigem grau superior, mas que os indivíduos ocupados tenham formação diferente da requerida e essa

diferença aumenta nos percentis mais elevados.

Almeida, Almeida e Besarria (2014) analisaram os rendimentos de trabalho entre os setores formal e informal na Bahia, utilizando dados da PNAD para o ano de 2012. Os autores estimaram a desigualdade de rendimentos através de um MQO e uma Regressão Quantílica. Os resultados indicam que o nível de escolaridade, a sindicalização e residência na região metropolitana contribui positivamente na determinação dos salários dos trabalhadores. Ainda encontraram diferenciais significantes de renda por sexo e raça. No setor formal os diferenciais de renda por sexo foram mais elevados na cauda superior da distribuição, enquanto que no setor informal os diferenciais de renda foram maiores nos segmentos inferiores de renda. No que diz respeito a raça, foi registrado um diferencial significativo desfavorável aos não brancos, com maior diferencial nas classes superiores de renda.

Monte e Lins (2014) buscaram identificar os determinantes da inserção ocupacional e dos rendimentos no mercado de trabalho brasileiro com e sem carteira assinada. Foram estimados 3 modelos que buscam corrigir o viés de seleção amostral e controlar os efeitos das características não observáveis dos trabalhadores. No primeiro modelo, trabalhar de carteira assinada é explicada por variáveis de capital humano e localização. No segundo modelo é testada a hipótese da mobilidade intergeracional através da redução da amostra apenas aos indivíduos residentes no domicílio cujos pais estão ocupados no setor sem carteira assinada. Por fim, no terceiro modelo é estimada uma regressão quantílica dos determinantes salariais do trabalhador. Os resultados indicam que a ocupação do pai influencia a chance de o indivíduo estar no mercado formal ou informal. Investimento em educação é a variável mais importante para a mobilidade intergeracional no mercado de trabalho; e, por fim, os retornos salariais são maiores para trabalhadores mais qualificados de acordo com sua posição na distribuição salarial.

Carrera-Fernandez e Menezes (2001) estudam o que leva os idosos de 65 anos ou mais da Região Metropolitana de Salvador (RMS) a continuar trabalhando ou buscar reinserção no mercado de trabalho. Os autores utilizam a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) e estimam um logit para identificar os principais elementos que influenciam a decisão de retornar ou continuar trabalhando a se aposentar. O trabalho rejeita a hipótese de que o idoso participa do mercado de trabalho para não ficar ocioso, ou seja, como uma terapia ocupacional. A renda exógena, advinda da previdência pode tanto forçar como restringir a

oferta de trabalho enquanto que a aposentadoria apenas restringe a decisão de ofertar trabalho.

Satel, Souza e Campos (2011) utilizaram regressão quantílica para estimar os determinantes de rendimento das pessoas entre 25 e 65 anos economicamente ativos e ocupadas em Santa Catarina nos períodos de 2001, 2003, 2005, 2007 e 2009. Os resultados deste trabalho mostraram que para indivíduos que se encontram nos quantis inferiores estar inserido no setor formal, ser chefe de família, estar sindicalizado e possuir níveis elevados de escolaridade contribui positivamente nos rendimentos; enquanto que para indivíduos que estão nos quantis mais elevados, ser do sexo masculino e possuir cor da pele branca foram atributos que melhor explicaram o rendimento.

Dessa forma, é possível afirmar que as características socioeconômicas e demográficas afetam a desigualdade salarial no mercado de trabalho. Porém, a condição de migração, como variável dependente, objetivo deste trabalho, é pouco explorada na literatura para analisar a desigualdade de rendimento.

III Procedimentos metodológicos

As evidências de desigualdades salariais no mercado de trabalho brasileiro são consenso na literatura empírica nacional. Várias características de natureza socioeconômicas e demográficas impactam diretamente sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho da população ocupada no país. As desigualdades regionais são substancialmente maiores, dependendo da estrutura produtiva, da dinâmica econômica regional. Os estados economicamente mais pobres apresentam elevadas disparidades salariais da força de trabalho. A literatura nacional mostra que o migrante é positivamente selecionado. Ou seja, possui características não observáveis que impacta na decisão de migração; e, conseqüentemente, nos rendimentos do trabalho Silva Filho (2017). Nesse sentido, analisar o impacto das características socioeconômicas e demográficas ao longo da distribuição condicional do salário dos ocupados, justifica esta pesquisa.

III.1 Abrangência geográfica, base de dados e recorte temporal

Este artigo visa analisar os diferenciais de rendimentos do trabalho comparativamente entre migrantes e não migrantes, a partir do uso de regressões quantílicas. A abrangência geográfica compreende o estado do Ceará e aqui se trata da migração intermunicipal no estado. Os

dados são dos Censos Demográficos do Brasil e compreendem os anos de 2000 e de 2010. Trabalha-se com a migração de data fixa. Ou seja, os migrantes que residiam a menos de 5 anos no município no momento em que foram entrevistados pelo Censo.

A migração de data fixa no Censo de 2000 e de 2010 refere-se as pessoas que responderam morar em 31/07/1995 e 01/08 de 2005 em outros municípios que não no atual no ano 2000 e no ano de 2010, respectivamente. Assim sendo, eles residiam a menos de 5 anos naquele município. Neste artigo, a migração de data fixa foi considerada pelo fato de a literatura internacional sugerir que a partir de alguns anos os migrantes adquirem as características dos nativos e eliminam as características produtivas não observáveis que os tornavam relativamente mais produtivos e com maiores retornos salariais oriundos do trabalho (CHISWICK, 1999).

No que se refere a descrição da amostra, ela é composta por pessoas com idade entre 18 e 60 anos residentes no estado do Ceará em ambos os anos. O recorte etário teve como objetivo eliminar a amostra todos aqueles com idade não permitida a formalização no trabalho, uma vez que essa foi uma das variáveis utilizadas no modelo, bem como retirar aqueles com idade mínima legal para aposentadoria, de acordo com a Lei vigente nos anos em apreço. Ademais, considerou-se na amostra, somente os indivíduos que responderam a todas as perguntas utilizadas neste estudo e ambos os anos.

III.II Modelo empírico

O modelo estimado segue o padrão clássico utilizado na literatura nacional e internacional, a partir da equação Minceriana de rendimentos. Utilizou-se o método de Regressões Quantílicas que tem como precursores Koenker e Basset (1978). Como o intuito é observar as características socioeconômicas e demográficas dos grupos de migrantes e não migrantes sobre a distribuição condicional dos salários, recorreu-se a este método que é amplamente utilizado. Assim, o modelo generalizado do método pode ser descrito, da forma que se segue:

$$\ln W_i = X_i\beta_\theta + \varepsilon_{\theta i}; \quad \text{com } \text{Quant}_\theta (\ln w_i|X_i) = X_i\beta_\theta$$

Aqui, $\ln W_i$ é o rendimento do trabalho do indivíduo ocupado; e, X_i corresponde a um vetor de variáveis socioeconômicas e demográficas explicativas; β_θ corresponde a um vetor de parâmetros a ser estimado através do modelo utilizado. Além disso, com $\text{Quant}_\theta (\ln w_i|X_i)$ assume

o Quantil da distribuição condicional do salário $\ln W_i$, ($\theta, 10, 25, 50, 75, 90$) considerando-se que X está dado.

As regressões quantílicas foram estimadas para os dois grupos de indivíduos: os i indivíduos migrantes e os j indivíduos não migrantes. Com isso, é possível analisar o comportamento das variáveis explicativas na distribuição condicional dos salários dos grupos i e j em ambos os anos. Assim, têm-se que:

$$\ln W_{1i} = \beta_1 X_{1i} i + v_{1i} \quad (1)$$

Essas regressões realizadas nos quantis da distribuição condicional dos salários do salário $\ln W_{1i}$, ($\theta, 10, 25, 50, 75, 90$) indivíduos i que são os migrantes. Em seguida, o procedimento foi tomado para os quantis da distribuição condicional dos salários $\ln W_{2j}$, ($\theta, 10, 25, 50, 75, 90$) dos indivíduos j que são os não migrantes.

$$\ln W_{2j} = \beta_2 X_{2j} j + v_{2j} \quad (2)$$

Com o objetivo de estimar os diferenciais salariais na distribuição condicional dos salários dos grupos de migrantes (i) e não migrantes (j), foram estimadas duas equações, conforme definidas anteriormente (1) e (2): uma para os migrantes (i) e outra para os não migrantes (j), nos anos de 2000 e de 2010 para cada Quantil da distribuição aqui definidos. A equação utilizada tem a forma que se segue:

$$\begin{aligned} \ln w_i = & \beta_0^\theta + \beta_1^\theta \text{sexo} + \beta_2^\theta \text{idade} + \beta_3^\theta \text{idade}^2 + \beta_4^\theta \text{Racacor} + \beta_5^\theta \text{Estadocivil} \\ & + \beta_6^\theta \text{Urbano} + \beta_7^\theta \text{Fundcompmedinc} + \beta_8^\theta \text{Medcompsupinc} \\ & + \beta_9^\theta \text{Supcomp} + \beta_{10}^\theta \text{Previdência} + \beta_{11}^\theta \text{ICS} + \varepsilon_{i\theta} \end{aligned}$$

Aqui, assume-se que β_i^θ são os parâmetros a serem estimados para cada um dos grupos (migrantes e não migrantes), tendo como condicionante o $\ln W_i$ logaritmo da renda do trabalho do indivíduo em cada Quantil e nos anos em apreço.

Para o sexo foram construídas variáveis Dummies (*masculino* = 1), idade (em anos), *idade*² (proxy de experiência), raça/cor (*branco* = 1) estado civil (*casado* = 1) se reside em área urbana (*Urbano* = 1) e escolaridade. Para a escolaridade a categoria omitida (referência) foi aquela dos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (*Seminstrfundinc*). As demais categorias são: fundamental completo e médio incompleto (*Fundcompmedinc*); Médio completo e superior incompleto (*Medcompsupinc*); e, superior completo (*Supcomp*); trabalhadores contribuintes de algum instituto oficial de previdência social no

trabalho principal ou em outro trabalho (*Previdência* = 1); trabalhadores ocupados em atividades da indústria, comércio e serviços (*ICS* = 1); finalmente, ε_{it} são os erros residuais dos modelos.

As regressões foram estimadas para os dois grupos, com o fito de analisar os impactos das características sobre os migrantes (*i*) e os não migrantes (*j*) nos anos em análise em cada um dos Quantis da distribuição condicional dos salários definidos nesta pesquisa.

IV Disparidades regionais e dinâmica migratória no Ceará: algumas estatísticas nos anos 2000/2010

As disparidades regionais brasileiras são responsáveis pelas diferenças substanciais nos níveis de atividade econômica e bem-estar social da população do país. A concentração de atividades produtivas impacta diretamente sobre os níveis de ocupações e sobre as diferenças salariais no território (FREGUGLIA, 2007; FREGUGLIA; FILHO; A., 2012). Regiões com elevados níveis de industrialização apresentam forte tendência a concentrar outras atividades econômicas e elevar a massa salarial com importantes efeitos à montante e à jusante em todos os setores da atividade econômica nacional (MELO, 2009).

A concentração de atividades industriais numa região é responsável pela geração de externalidades que afetam diretamente o mercado de trabalho com efeitos positivos sobre a oferta de trabalho e sobre os salários praticados nesta economia. A geração de economias de escala é responsável por efeitos positivos sobre o emprego e sobre a renda (MARSHALL, 1985). Isso resulta de uma série de fatores externos praticados pelos efeitos de aglomeração, dentre eles, a atração de mão de obra especializada e a construção de encadeamentos setoriais com geração de economias de escala e promoção de inovação tecnológica nas estruturas produtivas.

A geração de externalidades positivas é normalmente atribuída a concentração de atividades produtivas em áreas urbanizadas e com forte capacidade de promoção de diversificação das estruturas produtivas. A diversificação da produção apresenta importantes efeitos aglomerativos (JACOBS, 1969). Indústrias com impactos produtivos à montante e à jusante produzem substancialmente a diversificação de atividades econômicas em áreas urbanas e em consequência dinamizam o mercado de trabalho.

Esses efeitos acabam por proporcionar externalidades positivas tanto internas à firma quanto externas a ela. Essas externalidades também impactam substancialmente sobre o mercado de trabalho e sobre os

postos de trabalho resultantes dos efeitos da aglomeração de atividades produtivas (SILVA FILHO; MIYAMOTO; MAIA, 2017). A força de trabalho com melhor nível de qualificação acaba sendo absorvidas nessas atividades econômicas com maior incidência de economias de escalas. Elas também são responsáveis pela geração de postos de trabalho com melhores retornos salariais à mão de obra ocupada.

Essa dinâmica da urbanização, dada pela concentração de atividades econômicas e pela geração de economias de escalas tanto internas quanto externas se refletem no mercado de trabalho e no movimento migratório de força de trabalho, tanto nas economias desenvolvidas quanto nas economias em desenvolvimento. Os efeitos da concentração das atividades produtivas têm fortes impactos sobre a migração da força de trabalho. Essa dinâmica acentua as disparidades regionais, proporcionando, sobretudo pela migração de capital humano com características produtivas em média mais elevada que a força de trabalho que fica nas regiões originárias (SILVA FILHO, 2017). Isso impacta nas disparidades salariais entre a força de trabalho migrante e a não migrante, conforme alguns resultados empíricos.

No Ceará, há uma elevada concentração de atividades econômicas nas áreas metropolitanas, sendo que, nem mesmo as acirradas políticas de desconcentração de atividades produtivas, via implementação e reformulação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI⁴, foram suficientes para reduzir as disparidades e promover o desenvolvimento industrial em todo o estado (PONTES; VIANA; HOLANDA, 2006). A concentração de atividades econômicas e populacionais nas áreas metropolitanas resultam das economias de aglomeração fortemente registrada.

O resultado da concentração produtiva proporciona o movimento populacional para as áreas densamente povoadas por atividades econômicas. Três regiões econômicas mais dinâmicas (A região Metropolitana de Fortaleza, Cariri e Sobral) respondem pela concentração das atividades de maior capacidade de geração de emprego e renda dentro do estado. Essas regiões são as maiores geradoras de postos de trabalho; e, conseqüentemente, as que mais atraem capital humano ao longo dos anos. Além disso, são áreas de interesse de setores industriais com elevada capacidade de geração de postos de trabalho a exemplo das indústrias calçadista e têxtil que são de grande importância na economia do Ceará (PONTES; VIANA; HOLANDA, 2006).

⁴A Lei nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979 foi responsável pela criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI, com o fito de beneficiar a instalação de empreendimentos industriais no Estado. O FDI já passou por 4 reformulações visando atrair e desconcentrar indústrias da Região Metropolitana de Fortaleza para o interior do estado.

Nessas regiões também são registrados os melhores salários praticados no mercado de trabalho cearense, ratificando a hipótese de que a aglomeração produtiva provoca efeitos com a geração de externalidades positivas sobre o mercado de trabalho, sendo que estes efeitos perpassam a geração de empregos e adentra à qualidade dos empregos gerados, dado os melhores salários praticados, comparativamente as demais mesorregiões. Ademais, a construção de polos de desenvolvimento industrial atrai várias atividades econômicas complementares ou não de outros setores produtivos (MELO, 2009; SILVA FILHO; MIYAMOTO; MAIA, 2017). Além disso, os postos de trabalho gerados por estes efeitos de aglomeração de estruturas produtivas em sua maioria são postos de trabalho com vínculos de acordo com a legislação vigente, fortalecendo a formalização local e diminuindo a precarização do trabalho. Assim, a contratação tem como piso o salário mínimo instituído e praticado no país.

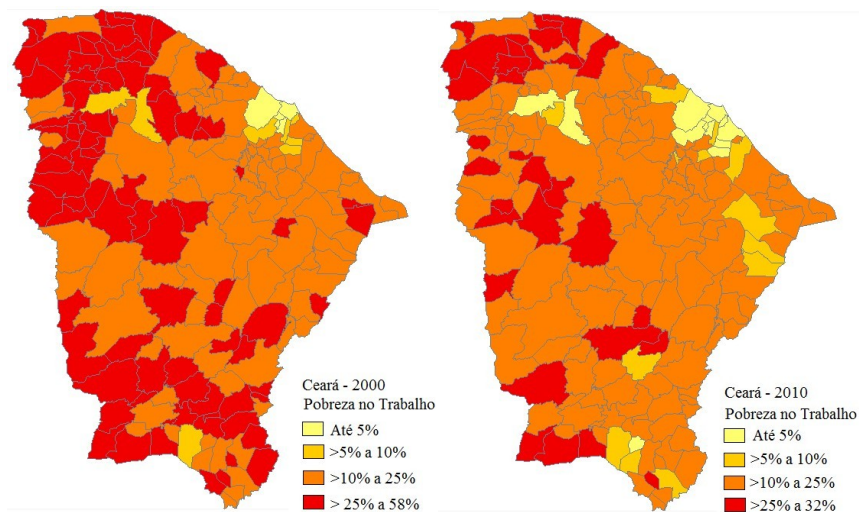
A Figura 1 apresenta os municípios cearenses que concentram os mais baixos salários praticados no mercado de trabalho. Ou seja, a maior proporção de ocupados com baixos salários oriundos do trabalho. Aqui, denomina-se de pobreza no trabalho⁵ aqueles ocupados que auferiam rendimentos inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. É possível perceber que os municípios que concentram só até 5% da mão de obra ocupada pobre no trabalho, ou seja, com rendimento de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, estão todos na região metropolitana de Fortaleza no ano 2000. No intervalo de 5 a 10% foram registrados os municípios do entorno da RMF, municípios da região de Sobral e municípios da região do Cariri. Ou seja, são nos municípios economicamente mais dinâmicos que estão os menores percentuais de ocupados pobres no trabalho.

Nas faixas de mais de 25% da mão de obra ocupada auferindo rendimentos inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo nenhum destes municípios ficaram na grande Fortaleza. No aglomerado urbano com atividades produtivas que são responsáveis pela geração de economias de escalas também concentram os postos de trabalho com as melhores faixas salariais. Essas atividades normalmente demandam mão de obra mais qualificada e com os melhores salários praticados. Ademais, a incidência de formalidade nos postos de trabalho é sobremaneira elevada em relação aos demais municípios.

No ano de 2010 os municípios da região de Sobral e da região do Cariri também estão entre os que registraram os menores percentu-

⁵Os valores monetários foram deflacionados e estão em reais de 2010.

Figura 1: Pobreza no Trabalho nos municípios do estado do Ceará nos anos de 2000 e de 2010.



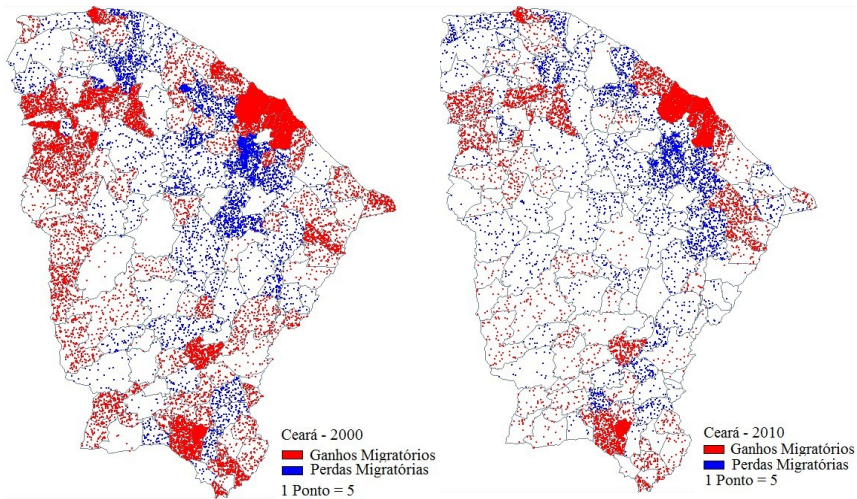
Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados dos censos Demográficos de 2000 e 2010.

ais de ocupados pobres no trabalho. Além disso, foi registrada uma redução substancial no número de municípios com mais de 25% da força de trabalho ocupada auferindo rendimentos inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Ou seja, registra-se redução generalizada da pobreza no trabalho em todos os municípios do estado do Ceará. Porém, é possível afirmar que os aglomerados urbanos capazes de gerar economias de escalas nas atividades da indústria são responsáveis pela menor participação relativa de ocupados pobres no trabalho. Ou seja, os resultados convergem a literatura citada (MARSHALL, 1985; JACOBS, 1969).

Na Figura 2 os registros são referentes aos municípios que ganharam e aqueles que perderam população no período intercensitário⁶. Como é possível visualizar nos mapas, os municípios de áreas metropolitanas apresentam ganhos populacionais em ambos os anos. Isso resulta da dinâmica econômica dos municípios metropolitanos tanto na grande Fortaleza quanto nos municípios metropolitanos do interior do Ceará. As áreas de maior concentração de atividades produ-

⁶A amostra é composta apenas por pessoas com idade entre 18 e 60 anos e que estavam ocupadas com rendimento maior que zero em ambos os Censos Demográficos.

Figura 2: Saldo migratório nos municípios do Ceará segundo os Censos Demográficos de 2000/2010.



Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados dos censos Demográficos de 2000 e 2010.

tivas industriais do estado do Ceará são as que apresentam registros acentuados de ganhos de população tanto no primeiro quanto no último ano em apreciação, ratificando resultados de outras pesquisas realizadas no país (SILVA FILHO, 2017; QUEIROZ; SANTOS, 2009; QUEIROZ; SANTOS, 2011). Assim sendo, os municípios que apresentam incidência de perda de capital humano acentuada são municípios do entorno de áreas de grande capacidade de atração.

No ano de 2010 há redução dos fluxos intermunicipais no Ceará, seguindo uma tendência registrada em todo o país nas últimas décadas (VASCONCELLOS; R; RIGOTTI, 2005; LIMA; BRAGA, 2013). Conforme a literatura empírica vigente, isso resulta da melhora registrada na economia nacional, o que permite menor necessidade de mobilidade populacional, além de reduzir os fluxos de longa distância e acentuar àqueles de curta distância nos últimos censos demográficos. No ano de 2010, apesar da redução dos fluxos, os municípios das áreas economicamente mais dinâmicas do estado apresentaram ganhos de capital humano em todos eles. As áreas de menor dinamismo apresentaram perda de capital humano no mesmo ano.

Os resultados sugerem que há uma relação direta entre concentração produtiva e mobilidade da força de trabalho no estado do Ceará. Desta forma, além da geração de economias de escalas, a concentração de atividades econômicas corrobora mobilidade da força de trabalho elevada para essas áreas, bem como a geração dos postos de trabalho com melhores massas salariais (FREGUGLIA, 2007; SILVA FILHO, 2017). Os efeitos da formação de aglomerados produtivos impactam na geração de economias de escala e na construção de polos de atividades econômicas que estão interligadas à montante e à jusante, sendo responsável pelo encandeamento de atividades e pela elevação substancial no volume de postos de trabalho direto com remuneração igual ou acima do salário mínimo.

Neste estudo os registros conferem maior participação de homens tanto migrantes quanto não migrantes com idade entre 18 e 60 anos e que estão ocupados com rendimento maior que zero e que responderam a todas as perguntas utilizadas no modelo. Porém, os registros conferem redução no ano de 2010 comparativamente ao ano 2000, da participação masculina de ocupados com salários monetários oriundo do trabalho nos municípios do Ceará, em detrimento da elevação da participação de mulheres ocupadas na mesma situação, sendo essa uma tendência nacional observada em outros estudos (MACIEL; OLIVEIRA, 2011; GAMA; MACHADO, 2014; SILVA FILHO, 2017). A idade média se eleva do primeiro ao último ano, tanto a do migrante quanto a do não migrante, sendo àquela inferior a essa.

No que pertine a raça/cor, os brancos migrantes correspondiam a 37% dos ocupados no mercado de trabalho cearense no ano 2000 e reduziram-se para 35% em 2010. Os brancos não migrantes ocupados também reduziram sua participação relativa de 35% para 31% do primeiro ao último ano, respectivamente. Ademais, eram proporcionalmente menores a participação de não migrantes brancos ocupados em detrimento da participação dos migrantes brancos na mesma condição de atividade em ambos os anos.

No Ceará, eleva-se a participação relativa de migrantes e não migrantes ocupados residindo em áreas urbanizada quando comparado o primeiro ao último ano em apreço. No ano 2000, 78% dos migrantes ocupados residiam em área urbanizada, comparativamente a 70% dos não migrantes. Em 2010, sobe para 84% a participação de migrantes e para 78% a de não migrantes ocupados e residindo em áreas urbanizadas nos municípios do Ceará. Esse movimento ao urbano se dá pelas melhores oportunidades de trabalho (CAMARANO; ABRAMO-VAY, 1998) bem como pela maior aproximação a serviços basilares de

educação e saúde, principalmente, uma vez que as áreas rurais dos municípios, além de reduzir a participação na geração de postos de trabalho também parecem com a falta de assistência básica de saúde e educação, intensificando o movimento do campo para a cidade.

No que pertine a escolaridade da força de trabalho ocupada no Ceará, tanto os migrantes quanto os não migrantes melhoram quando se compara o último ao primeiro ano em análise, sendo esse um padrão registrado em todo o país (ROCHA; BITTENCOURT; CAMPOS, 2010; MACIEL; OLIVEIRA, 2011; GAMA; MACHADO, 2014; SILVA FILHO, 2017). Reduziu-se substancialmente a participação dos ocupados sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, uma vez que os migrantes eram 72% nessa categoria educacional e registraram 37% no último ano. Os não migrantes saíram de 74% para 42% no primeiro e no último ano, respectivamente. Eleva-se a participação daqueles com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto para migrantes e não migrantes. Porém, o que chama a atenção é a elevação da participação relativa de ocupados com ensino médio completo e superior incompleto que saiu de 13% para 34% dos que se declararam ser migrantes e 12% para 32% dos não migrantes, em 2000 e em 2010, respectivamente. Ademais, com ensino superior completo os migrantes saíram de 2% para 10% e os não migrantes de 1% para 8%. Ou seja, melhora substancialmente a escolaridade da força de trabalho ocupada no Ceará, migrante e não migrante quando comparado o primeiro ao último ano.

No que se refere ao estado civil dos ocupados no mercado de trabalho cearense, a participação de migrantes casados é relativamente menor do que a dos não migrantes em ambos os anos. Ademais, ambas se reduzem, embora que levemente, do primeiro ao último ano. Já no que se refere ao mercado de trabalho, chama atenção a baixa participação de ocupados no setor formal da economia. No ano 2000, menos de 10% dos ocupados tinham vínculos formais no mercado de trabalho no estado. Em 2010 os migrantes registraram 13% com vínculo a algum instituto oficial de previdência social no trabalho principal ou em outro trabalho, em detrimento de 14% dos não migrantes na mesma situação. Nota-se também uma redução dos empregados na indústria comércio e serviços tanto de migrantes quanto não migrantes.

No que se refere a renda do trabalho, os registos conferem maior rendimento oriundo do trabalho para os ocupados migrantes em ambos os anos, apesar de estes serem menos formalizados. A renda média

Tabela 1: Valores médio das variáveis socioeconômicas e demográficas para migrantes e não migrantes cearenses - 2000/2010.

Variáveis	2000		2010	
	Migrante	Não Migrante	Migrante	Não Migrante
Sexo (masculino)	0,64	0,66	0,62	0,60
Idade	31,26	34,10	32,44	35,56
Idade ²	1.093,73	1.304,08	1.153,07	1.386,19
Racacor	0,37	0,35	0,35	0,31
Urbano	0,78	0,70	0,84	0,78
Seminstfundinc	0,72	0,74	0,37	0,42
Fundcompmedinc	0,14	0,13	0,19	0,17
Medcompsupinc	0,13	0,12	0,34	0,32
Supcomp	0,02	0,01	0,10	0,08
Estadocivil	0,38	0,43	0,36	0,42
Previdência	0,07	0,08	0,13	0,14
ICS	0,47	0,46	0,37	0,33
Ln_rendatrab	5,76	5,61	6,27	6,08
Rendatrab	731,99	586,94	960,10	741,03

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados dos censos Demográficos de 2000 e 2010.

do trabalho dos migrantes era de R\$ 731,99 e elevou-se para R\$ 960,10; já a do não migrante era de R\$ 586,94 e atingiu R\$ 741,03, no ano 2000 e no ano de 2010, respectivamente. Com isso, é possível confirmar maior renda média do trabalho para migrantes em detrimento dos não migrantes nos municípios do estado do Ceará. Ademais, é oportuno destacar que eles são relativamente minoria com vínculos formais, mas apresentam rendimento superior em ambos os anos. Esse diferencial de rendimentos pode ser atribuído a características produtivas observáveis e não observáveis inerentes ao não migrantes brasileiros (FRE-GUGLIA, 2007; SILVA et al., 2016; SILVA FILHO, 2017).

V Impactos das características socioeconômicas e demográficas na distribuição condicional dos salários de migrantes e não migrantes no Ceará

As desigualdades nos rendimentos do trabalho podem ser analisadas por diversas dimensões. Aqui o objetivo é analisar os diferenciais de rendimentos do trabalho na distribuição condicional dos salários comparando migrantes e não migrantes. É possível que as características socioeconômicas e demografias impactem diferentemente entre os dois grupos, corroborando resultados de Gama e Machado (2014) para o estado de Minas Gerais.

Pelos resultados plotados na Tabela 2, no primeiro decil da distribuição condicional dos salários, registra-se substanciais impactos da variável sexo sobre a desigualdade de rendimentos do trabalho, caracterizando uma enorme desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho cearense. No ano 2000, homens migrantes auferiam rendimentos do trabalho 44% a mais que as mulheres migrantes. Já os homens não migrantes auferiam rendimentos 55% a mais que as mulheres não migrantes. No ano 2010, enquanto os homens migrantes recebiam 44% a mais que as mulheres na mesma situação, os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres não migrantes se reduziram, mas os homens ainda auferiam rendimentos 39% a mais que as mulheres.

Chama atenção o impacto do estado civil sobre os diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes nos municípios do Ceará. No primeiro ano o estado civil explicava aproximadamente 9% dos diferenciais de rendimentos entre os migrantes. Ou seja, um migrante casado auferia rendimentos 9% a mais que um migrante em outra situação marital. No mesmo ano, o estado civil (ser casado) explicava diferenciais salariais de aproximadamente 12% a mais para os não migrantes. No ano de 2010, os resultados para a variável estado civil de migrantes não foi significativa, já os não migrantes casados auferiam rendimentos 8% a mais que os seus pares no mesmo ano.

É importante destacar que a raça/cor corrobora diferenciais de rendimentos nos dois grupos (migrantes e não migrantes) no primeiro decil da distribuição condicional dos salários. Em ambos os anos e para ambos os grupos, ser de raça/cor branca auferiam diferenciais de rendimentos ao seu favor, comparativamente aos não brancos. Ademais, residir em área urbanizada corroborava os maiores diferenciais salariais entre estes e aqueles residentes em áreas rurais no Ceará, tanto migrantes quanto não migrantes.

A escolaridade também impacta positivamente sobre os diferenciais de rendimentos dos ocupados no mercado de trabalho cearense em ambos os anos e para ambos os grupos. A medida em que se avança nas faixas de escolaridades, elevam-se os diferenciais de rendimentos oriundos do trabalho, comparativamente àqueles que estavam em situação educacional na categoria de referência (sem instrução ou ensino fundamental incompleto). Porém chama atenção o fato de, no ano 2000, um migrante com curso superior auferia rendimentos oriundos do trabalho acentuadamente acima de um migrante com situação

Tabela 2: Diferenciais salariais entre migrantes e não migrantes nos anos de 2000 e de 2010: 1º decil.

Variável	2000		2010	
	Migrante	Não Migrante	Migrante	Não Migrante
(Intercepto)	2,7902*** (0,080)	2,1158*** (0,028)	2,9532*** (0,208)	2,3033*** (0,046)
Sexo (masculino)	0,4395*** (0,021)	0,5462*** (0,007)	0,4409*** (0,038)	0,3943*** (0,009)
Idade	0,0446*** (0,005)	0,0677*** (0,002)	0,0381*** (0,011)	0,0624*** (0,003)
Idade ²	-0,001 (0,000)	-0,001 (0,000)	0,000 (0,000)	-0,001 (0,000)
Estadocivil	0,0900*** (0,020)	0,1183*** (0,007)	-0,0490 (0,039)	0,0860*** (0,009)
Racacor (branco)	0,1324*** (0,020)	0,0951*** (0,007)	0,0999** (0,037)	0,0962*** (0,009)
Urbano	0,7097*** (0,023)	0,6847*** (0,007)	0,5385*** (0,048)	0,5666*** (0,010)
Fundcompmedinc	0,3819*** (0,025)	0,5549*** (0,010)	0,3050*** (0,051)	0,3314*** (0,012)
Medcompsupinc	0,9131*** (0,021)	0,9387*** (0,009)	0,6876*** (0,049)	0,6721*** (0,011)
Supcomp	1,5728*** (0,115)	1,9153*** (0,034)	1,5256*** (0,057)	1,5049*** (0,014)
Previdência	0,5580*** (0,025)	0,5223*** (0,011)	0,52123*** (0,043)	0,4911*** (0,013)
ICS	0,1078*** (0,019)	0,0981*** (0,007)	0,2586*** (0,037)	0,3636*** (0,010)

Nota: *** significância a 1%; ** significância a 5%; * significância a 10%. **Fonte:** elaboração dos autores a partir dos dados dos censos Demográficos de 2000 e 2010.

educacional na categoria de referência, mas relativamente menos que um não migrante com curso superior em relação aos seus pares. Ou seja, os retornos à educação superior era substancialmente maiores para os não migrantes, comparativamente aos migrantes, no primeiro decil da distribuição salarial. No ano 2010, tanto os migrantes quanto os não migrantes auferiam rendimentos relativamente mais que seus pares sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, mas com retornos à escolaridade relativamente semelhante para ambos os grupos.

No que se refere ao fato de ser contribuinte de instituto oficial de previdência social no trabalho principal ou em outro trabalho, os migrantes e os não migrantes, tanto no primeiro quanto no último ano, auferiam rendimentos superior aos seus pares que não eram assegurados por previdência oficial no trabalho. Ou seja, ser contribuinte de instituto de previdência confere rendimentos do trabalho 50% maiores, independentemente da condição de migração e do ano. Além disso, também chama atenção o fato de ser ocupado em atividades da indústria, comércio e serviços em relação aos demais setores. Nesse caso, tanto os migrantes quanto os não migrantes auferiam rendimentos superior aos seus pares que estava atuando em setores de atividade fora da ICS, com maior diferencial para o ano de 2010,

No primeiro quartil da distribuição condicional dos salários (Tabela 3), as mesmas características socioeconômicas e demográficas que corroboravam diferenciais de rendimentos no primeiro decil, aqui também são corroboradas, mudando somente a intensidade. Ser do sexo masculino confere rendimentos bem maiores tanto para migrantes quanto para não migrante no primeiro e no último ano em análise e em relação ao primeiro decil, comparativamente ao sexo oposto. A idade (um ano a mais) corrobora diferenciais de rendimento e estes caem com a idade (idade ao quadrado) convergindo com a literatura nacional.

A raça/cor e o estado civil corroboram diferenciais de rendimentos do trabalho tanto para migrantes quanto para não migrantes, comparativamente as categorias de referências. Ou seja, ser branco conferem maiores rendimentos do trabalho comparativamente aos não brancos, independentemente da condição de migração. Ademais, residir em área urbanizada também confere maiores rendimentos que residentes e áreas rurais no estado, independentemente da condição de migração, mas com intensidade superior para os não migrantes do que para os migrantes, tanto no primeiro quanto no último ano.

A faixa de escolaridade também corrobora diferenciais de rendi-

Tabela 3: Diferenciais salariais entre migrantes e não migrantes nos anos de 2000 e de 2010: 1º quartil.

Variável	2000		2010	
	Migrante	Não Migrante	Migrante	Não Migrante
(Intercepto)	3,2043*** (0,066)	2,5978*** (0,021)	3,5250*** (0,151)	2,8878*** (0,039)
Sexo (masculino)	0,4311*** (0,015)	0,5016*** (0,005)	0,4608*** (0,026)	0,4059*** (0,007)
Idade	0,0588*** (0,004)	0,0750*** (0,001)	0,0448*** (0,009)	0,0622*** (0,002)
Idade ²	-0,0008*** (0,000)	-0,0009*** (0,000)	-0,0005*** (0,000)	-0,0007*** (0,000)
Estadocivil	0,1036*** (0,017)	0,1149*** (0,005)	0,0006*** (0,028)	0,0736*** (0,007)
Racacor (branco)	0,1464*** (0,014)	0,0834*** (0,005)	0,0955*** (0,027)	0,1003*** (0,007)
Urbano	0,5969*** (0,024)	0,6821*** (0,006)	0,4647*** (0,039)	0,5640*** (0,008)
Fundcompmedinc	0,2869*** (0,019)	0,4084*** (0,006)	0,2733*** (0,039)	0,3218*** (0,010)
Medcompsupinc	0,7454*** (0,020)	0,7694*** (0,006)	0,6039*** (0,031)	0,6141*** (0,008)
Supcomp	1,8737*** (0,074)	1,9761*** (0,021)	1,4182*** (0,057)	1,3387*** (0,013)
Previdência	0,47931*** (0,030)	0,4515*** (0,008)	0,4647*** (0,035)	0,4475*** (0,009)
ICS	0,16814*** (0,015)	0,1469*** (0,005)	0,2288*** (0,026)	0,3344*** (0,007)

Nota: *** significância a 1%; ** significância a 5%; * significância a 10%. **Fonte:** elaboração dos autores a partir dos dados dos censos Demográficos de 2000 e 2010.

mentos. Os mais escolarizados auferem rendimentos superior aos seus paras e isso avança a medida que o indivíduo muda de faixa de escolaridade, comparativamente a um indivíduo sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. A escolaridade conduz a diferenciais de rendimentos em favor dos mais escolarizados, independentemente da condição de migração. Porém os diferenciais se reduzem no ano 2010, comparativamente ao ano 2000, tanto para os migrantes quanto para os não migrantes, comparativamente àqueles com escolaridade na categoria de referência, independentemente da faixa de escolaridade.

A previdência e a ocupação em ICS são favoráveis aos diferenciais de rendimentos do trabalho, independentemente da condição de

migração. Porém, em 2000, um migrante contribuinte de instituto oficial de previdência social auferia rendimentos superior em 48% a um migrante não contribuinte. Já um não migrante contribuinte auferia rendimento 45% superior a um não migrante não contribuinte. Em 2010, esse diferencial se reduz levemente e ambos os grupos (migrantes e não migrantes) auferiam rendimentos em aproximadamente 45% a mais que os não contribuintes independente da condição de migração. Já o fato de estar ocupado em alguma atividade da ICS confere maiores rendimentos aos não migrantes comparativamente a seus pares que atuam em outro setores de atividade, comparativamente aos migrantes ocupados em ICS no ano de 2000, no entanto, esta relação se inverte em 2010.

Na mediana da distribuição condicional dos salários (Tabela 4), as características socioeconômicas e demográficas corroboram diferenciais de rendimentos do trabalho dos ocupados migrantes e não migrantes. No ano 2000 o valor do coeficiente da variável sexo (masculino) acusa maiores diferenciais para os não migrantes, comparativamente aos migrantes. Ou seja, os homens não migrantes auferiam maiores rendimentos que as mulheres na mesma condição de migração, comparativamente aos diferenciais entre homens e mulheres migrantes. No ano de 2010, aumenta os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres migrantes e reduzem-se entre não migrantes. Ademais, há uma redução dos diferenciais de rendimentos entre casados e solteiros tanto para os migrantes quanto para os não migrantes, comparativamente o primeiro ao último ano em apreciação. Já a raça/cor, reduz os diferenciais para os migrantes e eleva-se para os não migrantes no último ano. Ou seja, para migrantes, reduziu-se os diferenciais de rendimentos entre brancos e não brancos e elevaram-se os diferenciais entre os brancos e não brancos não migrantes.

Já os níveis de escolaridade impactam sobremaneira nos diferenciais de rendimentos e elevam-se com o nível de escolaridade. Tendo como categoria de referência os sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, tanto migrantes quanto não migrantes com escolaridade superior a isto auferem rendimentos do trabalho substancialmente crescentes aos seus pares com educação formal na categoria de referência, tanto no primeiro quanto no último ano. Ademais, ser contribuinte de algum instituto oficial de previdência social no trabalho principal ou em outro trabalho também confere rendimentos superior aos não contribuintes, sendo essa diferença mais elevada no grupo de

Tabela 4: Diferenciais salariais entre migrantes e não migrantes nos anos de 2000 e de 2010: 1º mediana.

Variável	2000		2010	
	Migrante	Não Migrante	Migrante	Não Migrante
(Intercepto)	3,8806*** (0,049)	3,3236*** (0,017)	4,1260*** (0,109)	3,7353*** (0,029)
Sexo (masculino)	0,3779*** (0,013)	0,4198*** (0,004)	0,4205*** (0,020)	0,3627*** (0,005)
Idade	0,0531*** (0,003)	0,0702*** (0,001)	0,0506*** (0,006)	0,0532*** (0,002)
Idade ²	-0,0007*** (0,000)	-0,0008*** (0,000)	-0,0006*** (0,000)	-0,0006*** (0,000)
Estadocivil	0,0800*** (0,013)	0,0940*** (0,004)	0,0029*** (0,021)	0,0593*** (0,006)
Racacor (branco)	0,1102*** (0,012)	0,0860*** (0,004)	0,0429*** (0,020)	0,1006*** (0,005)
Urbano	0,4692*** (0,014)	0,5320*** (0,004)	0,3877*** (0,027)	0,4882*** (0,006)
Fundcompmedinc	0,2810*** (0,015)	0,3595*** (0,005)	0,2083*** (0,025)	0,2870*** (0,007)
Medcompsupinc	0,8081*** (0,025)	0,7654*** (0,006)	0,4835*** (0,023)	0,5002*** (0,0064)
Supcomp	1,9953*** (0,051)	2,0753*** (0,017)	1,3912*** (0,054)	1,2777*** (0,0163)
Previdência	0,6125*** (0,032)	0,4937*** (0,008)	0,3869*** (0,029)	0,3828*** (0,007)
ICS	0,1675*** (0,012)	0,1830*** (0,004)	0,1996*** (0,019)	0,2865*** (0,005)

Nota: *** significância a 1%; ** significância a 5%; * significância a 10%. **Fonte:** elaboração dos autores a partir dos dados dos censos Demográficos de 2000 e 2010.

migrantes em relação aos não migrantes no ano 2000. No ano de 2010, os diferenciais de rendimentos conferem melhores retornos salariais, mas relativamente iguais tanto para os migrantes quanto para os não migrantes que contribuem com institutos oficiais de previdência. Além disso, elevam-se os diferenciais de rendimentos para os ocupados em ICS, independentemente do grupo – migrante ou não migrante – comparativamente aos ocupados em outros setores de atividade economia no Ceará.

No terceiro quartil da distribuição (Tabela 5), ser do sexo masculino corrobora diferencial de rendimento de 41% e de 44% no primeiro; e, de 36% e 31% no segundo ano, para migrantes e não migrantes, respectivamente, em relação as mulheres. Ou seja, apesar da redução nos diferenciais de rendimentos quando comparado o ano 2000 ao de 2010, ainda é elevada as disparidades salariais entre os sexos, independentemente da condição de migração. Os diferenciais de rendimentos considerando o estado civil, era elevado no ano 2000, mas reduz-se substancialmente no ano de 2010, ou seja, ser casado conferia um maior diferencial de rendimentos independentemente da situação de migração, porém esse diferencial diminuiu em 2010. Além disso, a raça/cor também corrobora diferenciais de rendimentos. Ser branco conferia rendimento, em aproximadamente 12% a mais, tanto para migrantes quanto para não migrantes, em relação aos não brancos no Ceará, no ano 2000. Em 2010 reduz-se os diferenciais atribuídos a raça/cor em aproximadamente 4% para migrantes, já os não migrantes brancos ainda auferiam rendimentos em aproximadamente 11% a mais que os não brancos.

No que se refere aos diferenciais salariais pela escolaridade. No terceiro quartil da distribuição os resultados acentuam-se sobremaneira. Ou seja, os impactos dos retornos da educação são elevados, independentemente do ponto da distribuição condicional dos salários, em relação a faixa de referência (sem instrução ou com ensino fundamental incompleto). Apesar de se registrar redução dos diferenciais salariais pela educação, tanto para migrantes quanto para não migrantes no ano de 2010 comparativamente ao ano 2000, ainda são substancialmente elevados. Além disso, nesse ponto da distribuição condicional, os migrantes com ensino superior auferem melhores rendimentos do trabalho que os não migrantes, comparativamente aos seus pares sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Nesse ponto da distribuição, os impactos dos diferenciais salariais de pessoas as-

Tabela 5: Diferenciais salariais entre migrantes e não migrantes nos anos de 2000 e de 2010: 3º quartil.

Variável	2000		2010	
	Migrante	Não Migrante	Migrante	Não Migrante
(Intercepto)	4,2332*** (0,058)	3,6804*** (0,016)	4,7029*** (0,108)	4,3874*** (0,028)
Sexo (masculino)	0,4120*** (0,013)	0,4390*** (0,004)	0,3636*** (0,019)	0,3142*** (0,005)
Idade	0,0521*** (0,004)	0,0730*** (0,001)	0,0425*** (0,007)	0,0487*** (0,002)
Idade ²	-0,0006*** (0,000)	-0,0008*** (0,000)	-0,0004*** (0,000)	-0,0005*** (0,000)
Estadocivil	0,1238*** (0,014)	0,1233*** (0,005)	0,0300*** (0,022)	0,0507*** (0,006)
Racacor (branco)	0,1237*** (0,012)	0,1288*** (0,004)	0,0483*** (0,021)	0,1131*** (0,006)
Urbano	0,4776*** (0,014)	0,4840*** (0,004)	0,2928*** (0,026)	0,3858*** (0,007)
Fundcompmedinc	0,3042*** (0,018)	0,3642*** (0,006)	0,2300*** (0,023)	0,2673*** (0,007)
Medcompsupinc	0,9670*** (0,023)	0,8823*** (0,008)	0,5106*** (0,024)	0,4612*** (0,007)
Supcomp	2,0109*** (0,106)	2,0589*** (0,006)	1,5832*** (0,070)	1,4086*** (0,019)
Previdência	0,7555*** (0,040)	0,6491*** (0,010)	0,45295*** (0,047)	0,3748*** (0,008)
ICS	0,2091*** (0,013)	0,2227*** (0,004)	0,2014*** (0,022)	0,2689*** (0,006)

Nota: *** significância a 1%; ** significância a 5%; * significância a 10%. **Fonte:** elaboração dos autores a partir dos dados dos censos Demográficos de 2000 e 2010.

seguradas por institutos oficiais de previdência social são substancialmente elevados sobre os diferenciais de rendimentos e são maiores para os migrantes, comparativamente aos não migrantes, em relação a seus pares não contribuintes de previdência social, no entanto, esses diferenciais se reduzem de 2000 para 2010. Já os ocupados de ICS, independente da condição de migração, auferem melhores rendimentos do trabalho, comparativamente aos ocupados em outros setores de atividade.

No 9º decil da distribuição condicional dos salários (Tabela 6), as características demográficas continuam com forte poder de explicação de diferenciais de rendimentos do trabalho, tanto para o grupo de migrantes quanto para o de não migrantes. O sexo (masculino), a raça/cor (banca) e o estado civil (casado), apesar da redução quando comparado o ano 2000 ao de 2010, ainda são responsáveis por fortes disparidades nos rendimentos oriundos do trabalho no Ceará. Os homens ganham mais que as mulheres, os brancos ganham mais que os não brancos e os casados auferem melhores rendimentos que os solteiros, tanto os migrantes quanto os não migrantes comparados aos seus pares.

No tocante as questões socioeconômicas, residir em área urbanizada tem menor impacto sobre os diferenciais salariais, quando observado o primeiro decil e quartil da distribuição, por exemplo. Porém, reduz os diferenciais de rendimentos por residir em áreas urbanas comparativamente a áreas rurais, quando se compara o primeiro ao último ano, isso ocorre para os dois grupos analisados (migrantes e não migrantes). Todavia, o impacto da condição de residência para migrantes corrobora em menor proporção que para os não migrantes em 2010. Adicionalmente, os diferenciais de rendimentos por escolaridade são substancialmente elevados para ambos os grupos, comparativamente a categoria de referência. A mudança de faixa de escolaridade confere ganhos salariais substancialmente elevados tanto para os migrantes quanto para os não migrantes, sendo maior para aqueles do que para estes.

Nessa faixa da distribuição, os impactos da previdência sobre os diferenciais de rendimentos são substancialmente elevados em relação aos demais pontos da distribuição de salários. Os migrantes contribuintes de previdência social auferiam rendimentos 79% a mais que os não contribuintes no primeiro ano. Já para os não migrantes, o diferencial era ainda maior e se registrava 81% de impactos nas disparidades

Tabela 6: Diferenciais salariais entre migrantes e não migrantes nos anos de 2000 e de 2010: 9º decil.

Variável	2000		2010	
	Migrante	Não Migrante	Migrante	Não Migrante
(Intercepto)	4,4093*** (0,063)	3,9125*** (0,023)	5,0258*** (0,138)	4,6574*** (4,657)
Sexo (masculino)	0,4804*** (0,017)	0,4590*** (0,006)	0,3790*** (0,028)	0,3476*** (0,348)
Idade	0,0534*** (0,004)	0,0788*** (0,001)	0,0380*** (0,008)	0,0490*** (0,050)
Idade ²	-0,0005*** (0,000)	-0,0009*** (0,000)	-0,0003*** (0,000)	-0,0005*** (0,000)
Estadocivil	0,1638*** (0,021)	0,1554*** (0,007)	0,0834*** (0,036)	0,0814*** (0,081)
Racacor (branco)	0,1269*** (0,016)	0,1615*** (0,006)	0,0555*** (0,035)	0,1571*** (0,157)
Urbano	0,4579*** (0,023)	0,4546*** (0,007)	0,2970** (0,032)	0,3786*** (0,379)
Fundcompmedinc	0,4408*** (0,023)	0,4210*** (0,010)	0,2994*** (0,039)	0,2685*** (0,268)
Medcompsupinc	1,1477*** (0,031)	0,9823*** (0,010)	0,6267*** (0,038)	0,5276*** (0,528)
Supcomp	2,0988*** (0,042)	1,9581*** (0,026)	1,7710*** (0,083)	1,5503*** (1,550)
Previdência	0,7926*** (0,037)	0,8106*** (0,015)	0,6503*** (0,067)	0,5227*** (0,523)
ICS	0,3669*** (0,020)	0,3103*** (0,006)	0,3034*** (0,036)	0,3553*** (0,355)

Nota: *** significância a 1%; ** significância a 5%; * significância a 10%. **Fonte:** elaboração dos autores a partir dos dados dos censos Demográficos de 2000 e 2010.

salariais entre os ocupados do grupo. No ano de 2010 ainda se mantem elevada as disparidades entre contribuintes e não contribuintes, independente da condição de migração. Todavia, os migrantes auferiam relativamente melhores rendimentos que seus pares não contribuintes de previdência, em relação aos não migrantes e seus comparativos. Ademais, ser ocupado em ICS proporciona diferenciais elevados nos rendimentos do trabalho dos ocupados nesta faixa da distribuição salarial. Além disso, isto corrobora redução para explicar os diferenciais de rendimentos entre os migrantes e aumento para explicar os diferenciais entre os não migrantes, no ano de 2010.

VI Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar os impactos das características socioeconômicas e demográficas dos ocupados no mercado de trabalho cearense, considerando-se dois grupos, a saber: migrantes e não migrantes. A questão relevante que motivou o estudo foi analisar, na distribuição condicional dos salários, quais os impactos das características socioeconômicas e demográficas sobre os diferenciais de rendimentos do trabalho, dado a condição de migração intermunicipal de indivíduo no recorte censitário de do Brasil de 2000 e de 2010.

Os resultados mais relevantes mostram que a migração intermunicipal no Ceará é registrada sobremaneira para municípios de áreas metropolitanas e ou de grandes aglomerados produtivos no estado, destacando-se a região de Sobral; Metropolitana de Fortaleza e Metropolitana do Cariri. Além disso, essas regiões concentram os menores percentuais de pobres no trabalho, ou seja, que auferiam rendimentos do trabalho inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Ademais, reduz-se a pobreza no trabalho em todo o estado do Ceará e as áreas metropolitanas são as que registram as menores participações de ocupados auferindo rendimento na menor faixa de remuneração.

No que se refere aos diferenciais de rendimentos na distribuição condicional dos salários, as características socioeconômicas e demográficas corroboram diferenciais salariais para ambos os grupos (migrantes e não migrantes) em proporções ora diferenciadas e díspares ora com valores relativos próximos. Ou seja, as características socioeconômicas e demográficas são as responsáveis para explicar diferenciais de rendimentos, independentemente da condição de migração.

No que se refere as características demográficas, os homens ganham mais que as mulheres, tanto migrantes quanto nativos, em todos os pontos da distribuição condicional dos salários, mesmo se re-

gistrando uma redução dos diferenciais por sexo registrada no ano 2010, comparativamente ao ano 2000. Além disso, a idade, um ano a mais, corroboram diferenciais de rendimentos tanto para migrantes quanto para não migrantes, mas com taxas de crescimentos decrescentes. Além disso, a raça/cor contribui para as diferenças de renda do trabalho em ambos os anos e em todos os pontos da distribuição condicional dos salários, tanto para migrantes quanto para não migrantes, mesmo com a redução ora registrada em alguns pontos da distribuição no ano de 2010. Adicionalmente, conforme esperado, residir em área urbanizada corrobora diferenciais de rendimentos para ambos os grupos, comparativamente aos residentes em áreas rurais.

No que pertine as características socioeconômicas, os resultados convergem com a literatura nacional e internacional acerca dos diferenciais salariais. A mudança de faixa de escolaridade proporciona rendimentos substancialmente superior, comparativamente àqueles que estão na faixa de referência (sem instrução ou com ensino fundamental incompleto). Além disso, o ensino superior é proporcionalmente responsável por maiores retornos para os migrantes, comparativamente aos não migrantes, considerando-se a categoria de referência. Ou seja, e qualquer ponto da distribuição condicional dos salários, um migrante com curso superior consegue melhores retornos à educação do que um não migrante, comparativamente a alguém sem instrução ou com ensino fundamental incompleto na mesma condição de migração que seus pares.

Ademais, ser contribuinte de algum instituto oficial de previdência social ou estar ocupado na ICS corrobora melhores retornos salariais que alguém que não contribui com previdência social ou que atue em algum setor fora da ICS. Esse resultado é constatado em todos os pontos da distribuição condicional dos salários e para ambos os grupos (migrantes e não migrantes) comparativamente aos seus pares.

Com isso, este artigo contribuiu no sentido de mostrar que as características socioeconômicas e demográficas afetam os diferenciais de rendimentos do trabalho no Ceará, independentemente da condição de migração. Os resultados aqui apresentados contribuem com a literatura empírica ao tema, no sentido de mostrar que essas diferenças persistem e que elas são diferentes entre os grupos. Alguns experimentam melhores retornos salariais com maior investimento em migração, comparativamente a quem não migrou. Além disso, corrobora no sentido de apresentar que os impactos são diferenciados nos pontos da distribuição condicional dos salários para ambos os grupos. A principal limitação do trabalho está no fato de só ser possível estudo que

trate da migração intermunicipal pelos Censos Demográficos e isso apresentar uma defasagem temporal considerável.

Referências

- ALMEIDA, P. M.; ALMEIDA, W. S.; BESARRIA, C. N. Desigualdades salariais: uma análise sobre o segmento formal e informal do mercado de trabalho baiano. In: *Anais do XIX Encontro Regional de Economia*. CE, Brasil: Fortaleza, 2014.
- AZZONI, C. R. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. *Estudos Econômicos*, v. 27, n. 3, p. 341-393, 1997.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.
- CARRERA-FERNANDEZ, J.; MENEZES, W. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 32, n. 1, p. 52-67, 2001.
- CHISWICK, B. Are immigrants favorable self-selected? *American Economic Review*, v. 89, 1999.
- COSTA, M. A. *Migrações interestaduais no Brasil, 1950/1980*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão nº 144).
- DALDEGAN, C. F. A dinâmica dos efeitos da segmentação setorial sobre a desigualdade de salários entre os anos de 2002 e 2012 no Brasil. *Ensaio FEE*, v. 38, n. 4, p. 773-796, 2018.
- DUARTE, L. B.; CIRINO, J. F.; SETTE, A. B. P. Informalidade e diferenciação de rendimento entre os setores formal e informal para a região metropolitana de Belém. *Revista de Estudos Sociais*, v. 1, 2018.
- FREGUGLIA, R.; FILHO, S. M.; A., N. Inter-regional wage differentials with individual heterogeneity: evidence from Brazil. *Annals of Regional Science*, v. 49, p. 17-34, 2012.
- FREGUGLIA, R. S. *Efeitos da migração sobre os salários no Brasil*. 160 f. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 81, p. 155-174, 2014.
- GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. O. *A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994*. Brasília, DF: IPEA, 1995. (Texto para discussão n. 1802).
- JACOBS, J. *The economy of cities*. Random House: Nova York, 1969.
- KOENKER, R.; BASSET, G. Regressions quantiles. *Econometrica*, v. 1, n. 46, p. 33-50, 1978.

- LIMA, E. E. C. d.; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 30, n. 1, p. 57-75, 2013.
- MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, M. A. H. C.; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. *Revista Economia Contemporânea*, v. 12, n. 2, p. 355-388, 2008.
- MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. A migração interna e seletividade: Uma aplicação para o Brasil. In: *Anais do Encontro Nacional de Economia*. Paraná, Brasil: Foz do Iguaçu, 2011.
- MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. d. Uma decomposição da desigualdade de rendimentos entre trabalho formal e por conta própria no Brasil (2000-2010): Evidências a partir de regressões quantílicas. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 47, n. 3, p. 101-136, 2017.
- MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. d. Informalidade e segmentação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: uma decomposição quantílica de diferenciais de rendimentos. *Revista Economia Contemporânea*, v. 22, n. 2, p. 1-37, 2018.
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. Nova Cultural: São Paulo, 1985.
- MELO, L. M. C. Determinantes dos diferenciais de rendimentos do trabalho: uma abordagem hierárquica para os estados brasileiros. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 3, p. 68-84, 2009.
- MONTE, P. A.; LINS, J. G. M. G. Determinantes da formalidade ocupacional segundo a abordagem da segmentação do mercado de trabalho. *Revista de Economia*, v. 40, n. 3, p. 91-111, set/dez 2014. (ano 38).
- OLIVEIRA, R. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Afinal, quão importantes são as desigualdades de escolaridade para explicar as disparidades regionais de renda no Brasil? In: *Anais do 43º Encontro Nacional de Economia*. Florianópolis: ANPEC, 2015.
- PONTES, P. A.; VIANA, P. J. R.; HOLANDA, M. C. *A Política de Atração de Investimentos Industriais do Estado do Ceará: uma análise do período de 1995 a 2005*. Fortaleza: IPECE, 2006.
- QUEIROZ, S. N.; SANTOS, J. M. Saldos migratórios: uma análise por estados e regiões do Brasil (1986-2006). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 42, p. 309-332, 2011.
- QUEIROZ, S. N. d.; SANTOS, J. M. Nova dinâmica migratória no estado do Ceará? primeiras evidências a partir dos saldos migratórios. In: CARVALHO, E. B. S.; HOLANDA, M. C.; BARBOSA, M. P. (Ed.). *Economia do Ceará em Debate*. Fortaleza: IPECE, 2009. p. 142-158.
- REIS, M. C.; MACHADO, D. C. Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil. *Revista de Economia Aplicada*, v. 20, p. 415-437, 2016.
- ROCHA, M.; BITTENCOURT, M.; CAMPOS, M. A evolução das desigualdades por categorias de escolaridades entre 1996 e 2004: uma análise com regressões quantílicas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 1, p. 141-166, 2010.
- SANTOS, J. M.; QUEIROZ, S. N. A dinâmica migratória do Estado de Pernambuco: considerações a partir das tendências de “origem” e “destino” no período recente.

Cadernos de Ciências Sociais, v. 31, p. 1, 2016.

SATEL, C. I. R.; SOUZA, S. C. I.; CAMPOS, M. F. S. S. Rendimentos no mercado de trabalho catarinense: uma aplicação da regressão quantílica. In: *Anais do V Encontro de Economia Catarinense*. Florianópolis: APEC, 2011.

SCHULTZ, T. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA FILHO, L. A. *Migração: inserção socioeconômica, condição de atividade e diferenças de rendimentos no Brasil*. 130 f. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SILVA FILHO, L. A.; MIYAMOTO, B. C. B.; MAIA, A. G. Condicionantes socioeconômicos da imigração nos municípios do estado da bahia - 2000/2010. *Revista Desenbahia*, v. 14, p. 29–57, 2017.

SILVA, V. H. C.; FRANÇA, J. M. S. Decompondo o diferencial regional de salários entre sudeste e nordeste: uma aplicação da abordagem quantílica incondicional. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 47, n. 3, p. 109–129, 2016.

SILVA, Y. C. L. et al. Migração, seleção e diferenciais de renda na região norte do Brasil em 2010. In: *Anais do XX Encontro da Associação Brasileira de Estudos da População*. Foz do Iguaçu: ABEP, 2016.

SILVEIRA NETO, R. M. Concentração industrial regional, especialização geográfica e geografia econômica: evidências para o Brasil no período 1950-2000. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 36, p. 2, 2005.

SOARES, W. R. F. Diferenciais salariais no nordeste: uma análise via regressão quantílicas. In: CARVALHO, E. B. S.; HOLANDA, M. C.; BARBOSA, M. P. (Ed.). *Economia do Ceará em Debate*. Fortaleza: IPECE, 2008. p. 142–158.

VASCONCELLOS, I.; R, P.; RIGOTTI, J. I. R. Migrações entre os municípios brasileiros, a partir das informações dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: *Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações*. Campinas: ABEP, 2005.